

Caio Cugler Siqueira e Mayra Maniero Rodrigues

Soberania alimentar

As crises mundiais revelam a vulnerabilidade do sistema agroalimentar em assegurar sua missão de oferecer alimentos de quantidade e qualidade para a população mundial.

A propósito, o termo "segurança alimentar" foi inscrito nos textos fundadores da Política Agrícola Comum (PAC) na Europa. Tratava-se sobretudo de assegurar o abastecimento dos mercados alimentares. As políticas de bem-estar social da época permitiam garantir o acesso ao alimento.

No pós-guerra, houve grande crescimento econômico na Europa. Desta maneira, os agricultores, que migravam para as cidades por causa do forte processo de modernização da agricultura, encontravam novas oportunidades de trabalho, o que era favorecido por políticas de pleno emprego. Assim, os efeitos do êxodo rural foram minimizados

O ponto central da política com foco na segurança alimentar foi, portanto, garantir uma grande oferta de produtos alimentares, com preços reduzidos. Ao mesmo tempo, procurou-se manter uma remuneração adequada aos agricultores. Os objetivos das políticas de segurança alimentar foram plenamente alcançados na Europa, graças a esta orientação produtivista da modernização agrícola.

Tratando-se das questões brasileiras, o termo segurança alimentar foi notadamente mobilizado pelas forças que impulsionavam a transição democrática no Brasil. Com efeito, esta noção passa a ter grande repercussão e propagação quando uma Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) foi proposta pelo governo paralelo, ou seja a oposição ao governo Collor de Mello. Tratou-se de contrapor uma agenda política alternativa aos preceitos da ortodoxia liberal que guiavam o poder executivo na época. Os documentos desta proposta de segurança alimentar abraçavam ideias em torno da democratização e cidadania, o que reforçava muito a ideia da equidade no acesso aos alimentos.

A deposição de Collor e a constituição do governo Itamar Franco permitiram a implantação de uma série de políticas com vistas à segurança alimentar, inaugurando a instalação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), tal como previsto na PNSA do governo paralelo. Tratava-se de fortalecer a presença de atores da sociedade civil no processo de tomada de decisão no âmbito do Estado, procurando liberar este último de seu aprisionamento pelas forças políticas e econômicas conservadoras.

Nesta perspectiva de democratização no âmbito agroalimentar, o papel de mobilização cidadã da Ação da Cidadania pode ser destacado. O movimento foi por vezes criticado por um excesso de assistencialismo. Porém, como intervenção estrutural, a reforma agrária era considerada base do movimento, e não somente arrecadação e

distribuição de alimentos aos necessitados. Porém, essa linha de intervenção estrutural em termos da reforma agrária não foi tão efetiva no movimento.

Nesse contexto, outra proposta de segurança alimentar surge pela Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG). Esta organização empresarial salienta a importância do setor agroindustrial para alcançar os objetivos da segurança alimentar, reivindicando melhor infraestrutura e estabilidade econômica para investimentos, com a ideia segundo a qual é unicamente com o aumento da oferta de alimentos que se combaterá à fome. Adota-se assim uma tese claramente produtivista.

Em 1996, Via Campesina e outras organizações foram pioneiras em defender o direito à **soberania alimentar** e em difundi-lo. Nessa concepção, são defendidas ideias que reforçam a importância do agricultor ou camponês para a produção de alimentos. Assim, são reivindicados prioridade à produção agrícola local para alimentar a população, acesso a recursos básicos como água, sementes e crédito, além do direito dos Estados em proteger a produção local da competição injusta diante de produtos importados vendidos a preços muito baixos.

Marc Dufumier, importante estudioso francês da agricultura, defende a soberania alimentar e considera a agricultura familiar muito mais próxima da produção sustentável de alimentos que a agricultura industrial. O autor enfatiza que, aproximadamente, 75% das pessoas com dificuldades de acesso à alimentação básica pertencem a famílias agricultoras pobres. Assim, ele defende a necessidade do apoio e proteção para essas famílias a fim de que possam ter estabilidade produtiva, obtendo alimento e renda.

Em regiões industrializadas, o debate se dirige à questão do papel da agricultura, que não deve ser vista como homogênea. A agricultura em sua diversidade possui múltiplas funções. Há necessidade de debater sobre o meio rural como um local de integração social, gerador de trabalho e de qualidade de vida. O papel da agricultura nas mudanças climáticas deve também ser debatido: efetivamente a produção local familiar agroecológica é menos intensiva em insumos industriais e voltada para o mercado de proximidade, o que torna seu sistema produtivo mais sustentável do ponto de vista energético.

Algumas estratégias da agricultura familiar, representadas em diversas iniciativas, permitem discutir perspectivas de soberania alimentar. No município de São Pedro, interior de São Paulo, por exemplo, os agricultores familiares montaram a COOPAMSP (Cooperativa dos Produtores Agropecuários de São Pedro). O leite é seu principal produto, o que motivou a construção do laticínio onde são fabricados notadamente iogurtes vendidos na região. A feira do produtor da cidade também permite a venda direta de alimentos da agricultura familiar aos moradores locais, o que permite aproximar o consumidor de quem produz e criar uma relação de confiança entre eles.

Outro exemplo pertinente aqui é a experiência do Circuito Turístico da Agricultura Familiar de Cananéia, no Vale do Ribeira. O objetivo maior da promoção das atividades turísticas na agricultura familiar no Vale do Ribeira é o desenvolvimento rural sustentável, onde o turismo está integrado às formas já estabelecidas de produção agrícola familiar com preocupação ecológica.

Finalmente, a soberania alimentar está intimamente ligada à proteção e manutenção das agriculturas locais familiares ou camponesas e remete à reflexão de questões essenciais, como a reforma agrária, agricultura sustentável,

multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial.